

PERSPECTIVAS DO TRABALHO NA ATUALIDADE E RELEVÂNCIA DA FEIRA LIVRE NA CIDADE – O CASO DA FEIRA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE CASA AMARELA – RECIFE/PE

*LABOR PERSPECTIVES ON ACTUALITY AND FREE MARKET-PLACE RELEVANCE IN
THE CITY - THE CASE OF FOODSTUFF MARKET-PLACE IN CASA AMARELA -
RECIFE-PE*

Julyana Gomes dos SANTOS¹

RESUMO

Partimos da consideração de que o trabalho, como instância crucial à sobrevivência da população que não detém os meios de produção, deve ser discutido constantemente, diante das rápidas e complexas mudanças no contexto de globalização e do sistema do capital em que vivemos. Podemos dizer que o trabalho é o motor da sociedade capitalista e, visto dessa forma, nos compete procurar compreender suas engrenagens. Fazemos inicialmente uma reflexão acerca do contexto no qual estamos inseridos e posteriormente nos focamos sobre uma das expressões do pequeno comércio, focando as observações na feira livre de gêneros alimentícios de Casa Amarela, que se caracteriza como circuito inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos, segundo as definições de Santos (1979). Nesta empreitada, pudemos observar que a feira livre constitui elemento de diversas significâncias na cidade, dentre as quais, no que se refere ao trabalho, à distribuição de alimentos, e resiste na modernidade que permeia a vida urbana, com relevância e adaptações a esta modernidade.

Palavras-chave: Circuito inferior da economia urbana. Trabalho. Feira livre.

ABSTRACT

We start from the consideration that the job instance as crucial to the survival of population that doesn't own the means of production, must be constantly discussed, given the fast and complex changes in the context of globalization and capitalist system which we are living. We can say that the labor is the engine of capitalist society, and by this point, our task is trying to understand these patterns. Making initially a reflexion about this context which everyone is insered and gradually focusing about one of the expressions of the small business, concentrating on observations at foodstuff genre free market-places in Casa Amarela, which is characterized as low-circuit from urban economy of underdeveloped countries, according by the settings of Santos (1979). In this endeavour, we observed that the free market-place means the elemental of different significances in the city, among which, in the context of labor, for food distribution and contrasting resistance who pervades the urban life's modernity, with relevance and adaptations to this modernity.

¹ Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: jgomesdossantos@gmail.com

Keywords: Low-circuit of urban economy. Labor. Free market-place.

INTRODUÇÃO

A atual estrutura socioeconômica de crescimento econômico no território nacional tem como consequência conflitos das mais variadas ordens, a partir de uma distribuição de renda injusta. Os monopólios financeiros e a política econômica e fiscal do Estado agravam as situações de pobreza, repercutindo no nível de vida das populações (SANTOS, 1979). Atualmente, esta situação é ultrajada pelos interesses da empresa frente aos recursos do território, que acabam por conduzir as decisões políticas.

A massa expressiva de desempregados que, em busca da sobrevivência, acabaram por utilizar sua capacidade criativa para desenvolver meios diferentes daqueles definidos como setor formal, legal é também uma resposta da dinâmica atual que permeia o modo de produção. As atividades informais, que “desorganizam” o espaço (mais veementemente em áreas urbanas), de baixa produtividade etc., são essenciais à boa parte da mercadoria produzida, logo, do setor moderno e com robusto investimento de capital. A gama de atividades desenvolvidas por esta população pobre é estudada por Santos (1979) como circuito inferior da economia urbana – que se estabelece ao lado do circuito moderno, o circuito superior da economia urbana – constituindo um circuito não-moderno, que abrange a produção manufatureira, artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços (*idem, ibidem*).

Estes dois circuitos funcionam de forma complementar, entrelaçados, em constante interação, onde a atividade desenvolvida pelo que se denomina circuito inferior, não é apenas o resultado do setor moderno, desenvolvido, é, sobretudo, importante à continuidade desse setor moderno, como demonstrou Oliveira (2011).

Neste ínterim, não nos escapa a consideração de que este desenvolvimento está intimamente relacionado ao que concerne o campo, às atividades rurais. Nesta perspectiva, é pertinente observar que o espaço funciona como uma totalidade e não de forma fragmentada, qualquer que seja o tema que esteja pautado no estudo, visto que a vida funciona numa cadeia circular de desdobramentos, em especial quando pensamos num espaço como a feira livre, em que seus atores e a mercadoria oferecida possuem íntima relação com o que é desenvolvido no campo. Assim, partimos do princípio de que o nosso objeto de estudo, a feira livre, mesmo desenvolvida na cidade, especificamente em Casa Amarela, Recife-PE, encontra-se atrelada à totalidade existente.

A partir da observação da continuidade de atividades pertencentes ao que Santos (1979) denominou de circuito inferior da economia nos dias de hoje, nos propomos a refletir sobre o desenvolvimento destas atividades na cidade, diante de uma crescente modernidade e massificação do consumo, onde espaços como uma feira livre tem relevância mesmo em proximidade com supermercados, dotados de marketing e ambiente de consumo que se vislumbram como atrativos. Mas a feira também possui atrativos, e sua dinâmica é relevante, tanto no contexto do trabalho, para aqueles que fazem da atividade como feirantes o único meio de vida, assim como a distribuição de hortifrúti na cidade.

Neste trabalho, de início faremos uma reflexão no que concerne ao trabalho, posteriormente atentando para este âmbito na escala nacional. Em sequência discutimos sobre a feira livre, focando nossas observações sobre a feira de gêneros alimentícios de Casa Amarela, no Recife. Observação esta atrelada à pesquisa de campo no espaço em questão.

O TRABALHO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO

“[...] os obstáculos a serem superados são na verdade comuns ao trabalho – ou seja, o trabalho como alternativa radical à ordem sociometabólica do capital [...]” (MÉSZÁROS, 2002, p. 95).

O Trabalho como Categoria de Análise

O estudo que pretende compreender a complexidade das formas na paisagem pode partir do viés econômico, quando observa, sobretudo, as relações de produção sob o espaço, que configuram o próprio espaço. Sobre esta abordagem, Moreira (2008, p. 77) argumenta que:

Nas condições do modo de produção capitalista [...] as forças produtivas se encontram em um alto grau de desenvolvimento, o que implica dizer uma relação do homem com o meio físico caracterizada pela forte presença técnica do homem. Como tudo isso significa uma ampla divisão social/territorial de trabalho, é aqui que entram as relações de produção. As relações de produção expressam-se a partir da relação de propriedade: a força de trabalho, e somente ela, pertence ao proletariado, o qual tem que levá-la ao mercado para vendê-la e em troca adquirir meios de subsistência; os meios de produção (objeto e meios de trabalho) pertencem à burguesia, que nada podendo fazer sem a força que os transforme em forças produtivas, compra a força de trabalho do proletário, para, fundindo a totalidade das forças produtivas em suas mãos, levá-las a produzir mais-valia. Assim, “o chão é capital” e a formação espacial tem sua estrutura e movimentos coordenados pelo entrelaçamento da relação de propriedade, capitalista no caso. As relações de propriedade se metamorfoseiam

dentro do movimento de produção capitalista, assim se diferenciando e se multiplicando em outras formas como a relação de trabalho (divisão social e técnica), a relação de trocas, a relação de repartição da riqueza socialmente produzida, a relação de consumo, todas elas exemplificando o universo das relações de produção. E são essas relações de produção que configuradas como espaço, a exemplo da divisão territorial do trabalho ou da escala dos mercados, fazem do espaço uma instância de regulação das relações societárias por excelência. De modo que são as relações de produção que dão ao arranjo do espaço toda a complexidade estrutural e de formas que conhecemos.

O trabalho, dimensão vital da existência humana (CASTILHO, 2008), assim como uma dimensão do capitalismo (MARX, 2002), constitui uma categoria de análise de suma importância a ser considerada, já que participa da produção do espaço, permitindo-nos compreender a configuração espacial existente. A produção contínua do espaço é o próprio ato de produção da vida, sendo o espaço, *condição, meio e produto* da reprodução social (CARLOS, 2011); o trabalho está então a ele associado e é uma categoria de análise para compreender este espaço atual. Observa-se, então, que a produção do espaço é capitalista, onde o trabalho é um fator na produção do espaço – a sociedade apropria-se do meio em que vive para construir seu lugar de trabalho, conseqüentemente transformando as relações homem-meio, homem-homem (MOREIRA, 2008).

A geografia do trabalho é, na verdade, o estudo do trabalho como fundamento da vida social, pela sua espacialidade, isto é, pela dimensão espacial do trabalho. Além de criar os lugares onde se concentram as atividades humanas, o trabalho utiliza-se do conjunto das infra-estruturas existentes, implantadas pela sua própria dinâmica. Essa dinâmica obedece a intencionalidades e propósitos das classes hegemônicas que comandam o próprio movimento do desenvolvimento da sociedade. Ademais, as relações sócio-espaciais, tecidas pelo trabalho humano no e a partir do espaço geográfico – ao mesmo tempo como fixos e fluxos –, devem ser histórico-territorialmente contextualizadas (CASTILHO, 2008, p. 70).

É no trabalho que a maior parte da população se apoia para sobreviver, enquanto uma parcela ínfima vive através dos empreendimentos financeiros e assim, o trabalho só lhe é imprescindível enquanto apropriação da mais-valia. Por isso a necessidade de compreender a dinâmica que permeia o trabalho, sobretudo observando a classe que vive do trabalho.

Assim, consideramos também que a divisão social do trabalho deve ser uma categoria-chave

[...] explicativa básica da investigação da dimensão espacial do desenvolvimento, posto que permeia todos os seus processos, em todas as escalas.

Expressão do estágio atingido pelo desenvolvimento das forças produtivas, essa categoria mediadora é a adequada para se estudarem as heterogeneidades, hierarquias e especializações *intra* e *inter* qualquer escala (regional, nacional, internacional). Capaz de revelar as mediações e as formas concretas em que se processa e manifesta a reprodução social no espaço, expressa a constituição socioproductiva interna e suas possibilidades (e a efetividade) de inserção no contexto maior, isto é, sua posição em uma relação hierárquica superior.

Sob o regime capitalista de produção, a divisão social do trabalho se aprofunda e sofisticada recorrentemente, as articulações entre espaços diferenciais se processam de

forma regular e ordenada – embora com natureza desigual, complexa e de forma combinada e sujeita a um processo de evolução hierárquica –, submetidas a leis, centros de controle e padrões diversificados e específicos de inserção (BRANDÃO, 2007, p. 69 – grifos do autor).

Através do trabalho o capitalismo constitui, então, sua *raison d'être* (MÉSZÁROS, 2002), e esse é um dos pontos para reafirmarmos a impotência dessa categoria como instância de análise para compreensão do espaço, já que qualquer sociedade e qualquer classe possui sua vida permeada pelas relações que envolvem o trabalho.

Ao se livrar das restrições subjetivas e objetivas da auto-suficiência, o capital se transforma no mais dinâmico e mais competente *extrator do trabalho excedente* em toda a história. Além do mais, as restrições subjetivas e objetivas da auto-suficiência são eliminadas de uma forma inteiramente reificada, com todas as mistificações inerentes à noção de “trabalho livre contratual”. Ao contrário da escravidão e da servidão, esta noção aparentemente absolve o capital do peso da dominação forçada, já que a “escravidão assalariada” é *internalizada* pelos sujeitos trabalhadores e não tem de ser imposta e constantemente reimposta *externamente* a eles sob a forma de dominação política, a não ser em situações de grave crise. Assim, como sistema de controle metabólico, o capital se torna o mais eficiente e flexível mecanismo de extração do trabalho excedente, e não apenas até o presente (ibidem, p. 102-103 – grifos do autor).

É baseada no modelo de acumulação capitalista – a acumulação flexível – que nossa sociedade conhece formas cada vez mais precárias na realização do trabalho, visto que, se por um lado a flexibilidade do trabalho vigente tem gerado um sentimento de “normalidade” nas novas prestações de serviços através dos contratos que deixam sempre o trabalhador em situação de insegurança e permite que os capitalistas estejam assegurados pela lei no uso de uma exploração do trabalho, sem assumir os direitos trabalhistas conquistados (CAMARGO, 1996), por outro lado, a população excluída inclusive desse processo flexível aceito, passa a se ocupar das atividades de condições de trabalho mais vulneráveis para sobreviver.

A despossessão da massa da população do acesso direto aos meios de produção (terra, em particular) libera a força de trabalho como uma mercadoria no mercado. O relato de Marx sobre a “acumulação primitiva” pode ser dramatizada ou simplificada em demasia, mas sua verdade essencial é inegável. De alguma forma ou outra, a massa da população tem sido colocada em uma posição em que tem de trabalhar para o capital para sobreviver. A acumulação primitiva não terminou com a ascensão do capitalismo industrial na Grã-Bretanha no final do século XVIII. Nos últimos trinta anos, por exemplo, cerca de 2 mil trabalhadores assalariados foram adicionados à força de trabalho global disponível, em função da abertura da China e do colapso do comunismo na Europa central e oriental. Em todo o mundo, aconteceu a integração das populações camponesas até então independente nas forças de trabalho. O mais dramático de todos esses acontecimentos foi a mobilização das mulheres, que agora formam a espinha dorsal da força de trabalho global. Está agora disponível uma piscina enorme de força de trabalho para a expansão capitalista [e expansão da desigualdade] (HARVEY, 2011, p 55 – grifos nossos).

A precarização do trabalho constitui, assim, um adjetivo a diversas esferas da sociedade. Neste âmbito, nos voltamos, no item subsequente, a discutir sobre a configuração nacional no tocante a esta questão, procurando compreender a estrutura e o processo que condicionaram tal contexto.

Reflexão sobre o Contexto do Trabalho em Escala Nacional

Para compreender a organização interna do espaço brasileiro, também na perspectiva do trabalho, faz-se necessário um esforço de pensar o contexto mundial no qual estamos inseridos, visto que as relações sociais e todos os seus desdobramentos estão interconectados nos diversos níveis; assim, o local, o regional, e o nacional, como também nas escalas intermediárias, têm influência em determinada configuração espacial.

Com esta consideração, o trabalho de Pochmann (s/d) nos ilustra bem que:

[...] a Divisão Internacional do Trabalho tende a expressar diferentes fases da evolução histórica do capitalismo, inicialmente como relação dicotômica entre manufatura e produtos primários, para, posteriormente, uma relação entre produtos industriais de maior e menor valor agregado e baixo coeficiente tecnológico e, mais recentemente, uma relação entre serviços de produção e manufatura. Essas relações que sustentam distintas divisões de trabalho podem ocorrer de maneira simultânea no tempo entre nações do centro, semi-periferia e periferia (p. 5).

Com a terceira Divisão Internacional do Trabalho, pôde-se observar que:

Enquanto os países ricos possuem 30% das ocupações mais expostas à concorrência internacional (indústria e agropecuária), os países pobres têm 70% das ocupações concentradas nos setores primários e secundários, que são mais objeto de competição mundial. Por conta disso, são justamente os trabalhadores dos países periféricos e semi-periféricos os que sofrem mais diretamente os efeitos deletérios da globalização, decorrente da liberalização comercial e da desregulamentação do mercado de trabalho, sem constrangimento por parte das políticas macroeconômicas e sociais nacionais (POCHMANN, s/d, p. 16).

Pochmann (ibidem) demonstra como o mercado global, definido majoritariamente pelos países ricos, a partir da Divisão Internacional do Trabalho, coloca os países periféricos em condição de pobreza e desigualdade em relação aos países centrais, assim como esta condição acontece internamente aos países pobres, já que os empregos qualificados e conseqüentemente com melhores salários são ocupados nos países do centro capitalista, enquanto os países periféricos ficam subordinados com ocupações menos qualificadas dependentes das atividades daqueles, e com menores salários.

Essa Divisão Internacional do Trabalho implica numa divisão territorial do trabalho. Nesta perspectiva, Castilho (2008) argumenta que:

A forma e a distribuição do trabalho acham-se vinculadas aos sistemas técnicos criados pela sociedade, ao longo da história da sua formação. Esses sistemas incluem, ao mesmo tempo, materialidade, modos de organização e regulação. [...] Mas essa divisão territorial do trabalho implica na criação de uma hierarquia entre os diversos lugares da Terra, redefinindo, a cada contexto histórico, a intensidade das ações das pessoas, das empresas e das instituições governamentais e não-governamentais, o que, muitas vezes, tem como resultado a formação de uma estrutura de lugares

baseadas no mandar e no fazer. Quanto mais denso é o conjunto de técnicas territorializando-se num lugar – pela sua incorporação direta ao solo, pelo seu uso na produção e como insumos técnico-científicos –, maior é a capacidade de mando desse lugar em função, principalmente, da eficácia, divisão e espacialização do trabalho. O espaço condiciona a localização das ações da dinâmica social do trabalho (p. 72).

No caso do Brasil, historicamente, com uma configuração regional e urbana com uma dispersão da população e das atividades econômicas, dada sua extensão territorial, possui como um dos desdobramentos a desigualdade e diversidade entre as regiões consumadas anteriormente ao período de industrialização do país, que acabou por firmar, ou acentuar as desigualdades existentes. A horizontalidade que os homens que se apropriam do capital reproduzem é a horizontalidade que procura aprofundar a desigualdade entre as pessoas, transgredindo barreiras físicas e econômicas (BRANDÃO, 2007), transformando o espaço em não-lugares (SANTOS, 2009).

Com a colonização de tipo exploratória dificultou-se a anexação econômica das áreas do interior do país, culminando na subutilização da diversidade regional brasileira. Esta consideração faz parte do processo que tem como uma de suas consequências a divisão inter-regional do trabalho e a desigualdade regional no país.

Dessa forma, os sucessivos ciclos de produção dos gêneros coloniais cristalizaram no território uma verdadeira constelação de núcleos regionais, em que vigoravam rarefeitas relações mercantis entre si (BRANDÃO, 2007, p. 92).

No período primário-exportador as economias nacionais se articulavam, sobretudo, com o mercado externo, constituindo-se ilhas que eram comandadas de fora, para fora, “[...] cuja dinâmica regional era definida a partir dos mercados externos e da produção predominante de cada região” (BACELAR, 2000, p. 72).

No século XX, com o desenvolvimento da base industrial no país, passamos a comandar a economia interna e o processo de acumulação do capital. A partir de então, destacam-se as diferenças e desigualdades regionais já existentes, mas que não apareciam; é nesse momento em que emerge a “questão regional” brasileira (*idem, ibidem*). Há também aqui uma hierarquia entre os “lugares que mandam” e os “lugares que obedecem”, quando, baseada nas forças hegemônicas, são tomadas decisões políticas que privilegiam a região mais dinâmica (sobretudo São Paulo) enquanto a região com acentuada precarização em diversos âmbitos (o Nordeste) é afetado negativamente. Bacelar (2000) exprime bem este contexto, onde:

Ele [Celso Furtado] ousa dizer que a política de industrialização de Juscelino Kubitschek era ótima para o Brasil, mas vista da dimensão espacial era ampliadora das desigualdades regionais. Portanto, era portadora, em si, do germe da ampliação da “questão regional” brasileira. Ele bate de frente com o que era mais exaltado na época – o núcleo da política juscelinista. Dizia também que a política de câmbio era ótima para promover a industrialização do país, mas para o Nordeste ela era trágica. A política comercial era ótima para fomentar a indústria, mas para o Nordeste ela era perversa; a política de investimentos era ótima para aumentar a dinâmica da economia nacional, mas para o Nordeste ela era quase inexistente. Assim, o conjunto

da política juscelinista focava exageradamente o objetivo de consolidar o Brasil como país industrial. Só que a indústria concentrava-se no Sudeste. Por quê? Porque a política federal não incorporava a visão regional. Portanto, a médio prazo, ampliaria a “questão regional” brasileira (p. 76).

Com a desconcentração industrial, sobremaneira promovida pelo investimento público nas regiões não-dinâmicas do período, da década de 1960 a de 1980, começa a haver uma relativa integração do mercado nacional. Contudo, mesmo com essa integração, a modernização ocorrida foi embasada sob um viés conservador e as propostas reformistas de Celso Furtado foram engavetadas (*idem, ibidem*).

Recentemente, a configuração nacional é comandada pelo poder financeiro do setor privado, onde o Estado perdeu o poder de coordenação do território.

Apesar dessa desigualdade interna, é sobressaliente observar que o Brasil é um país de pobres, mas não um país pobre, e que as desigualdades estão presentes nas mais variadas escalas, pois no sistema do capital vigente, a lógica da acumulação que o homem perversamente reproduz, para além da propriedade, é uma constatação do egoísmo humano que age para concentrar bens, enquanto sabe-se que esta concentração desdobra-se na miséria de muitos.

Uma das consequências desta complexa dinâmica apresentada até aqui se concretiza na precarização do trabalho em diversos âmbitos, não somente do ponto de vista “formal”, da carteira assinada, mas do ponto de vista da qualidade de vida humana, onde é crescente o grau de insegurança tanto daqueles que estão “empregados” como nos “desempregados”, configurando um medo generalizado (CASTILHO, 2008) e fomentando a submissão do ser a diversas condições de trabalho através de uma flexibilização institucionalmente aceita.

Assim, vivemos num complexo nacional onde grande parte da população precisa “se virar” para sobreviver. É crescente a criminalidade, sobretudo nos grandes centros urbanos, e aqueles que não se utilizam desta prática, mas que não estão inclusos no processo de desenvolvimento nacional, que deveria ser articulado pelo Estado promovendo a educação e a distribuição de terras, ocupam-se economicamente das atividades que são caracterizadas por Milton Santos (1979) como circuito inferior da economia urbana.

Este autor caracteriza a economia desenvolvida na cidade compreendendo que elas funcionam como um circuito, que se relacionam e são complementares, apesar de o circuito superior dominar o circuito inferior – pois o primeiro constitui os monopólios financeiros, que, por sua vez, também necessitam da economia do pequeno comércio para desenvolver-se – sendo, estes circuitos, respostas da economia desenvolvida nos países subdesenvolvidos.

Um dos dois circuitos é o resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. O outro é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente

e não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas (SANTOS, 1979, p. 38).

É interessante observar, assim como fez Oliveira (2011), que o desenvolvimento destas atividades é produto importante ao sistema de acumulação que conhecemos; é fruto da recriação do novo modo de acumulação, a partir do desenvolvimento urbano-industrial. Uma industrialização que buscou atender às necessidades da acumulação, utilizando-se, para isso, da exacerbação do consumo, que, por sua vez, tem ultrajado o valor de uso pelo valor de posse.

Trazendo uma interlocução sobre a manobra existente no sistema de acumulação, quando da passagem de uma produção nacional essencialmente agrícola para uma produção industrial e consequente urbanização dos centros urbanos, Oliveira (idem) nos mostrou como as modificações nas leis de trabalho foram direcionadas por uma intencionalidade, de acordo com os interesses na produção de acumulação então em pauta. Estas transformações vão influenciar, também, a produção do circuito inferior da economia. Este circuito, que o autor chama em sua obra de terciário, é também uma intencionalidade, parte importante à engrenagem que movimenta o sistema de acumulação que envolve o desenvolvimento industrial.

Sem embargo, esses aspectos ainda não são os decisivos. O decisivo é que as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação. Para tanto, a população em geral, e especificamente a população que afluía às cidades, necessitava ser transformada em “exército de reserva”. Essa conversão de enormes contingentes populacionais em “exército de reserva”, adequado à reprodução do capital, era pertinente e necessária do ponto de vista do modo de acumulação que se iniciava ou que se buscava reforçar, por duas razões principais: de um lado, propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial, liberto do pesadelo de um mercado de concorrência perfeita, no qual ele devesse competir pelo uso dos fatores; de outro lado, a legislação trabalhista *igualava reduzindo* – antes que incrementando – o preço da força de trabalho. Essa operação de *igualar pela base* reconvertia inclusive trabalhadores especializados à situação de não-qualificados, e impedia – ao contrário do que pensam muitos – a formação precoce de um mercado dual de força de trabalho. Em outras palavras, se o salário fosse determinado por qualquer espécie de “mercado livre”, na acepção da teoria da concorrência perfeita, é provável que ele subisse para algumas categorias operárias especializadas; a regulamentação das leis do trabalho operou a reconversão a um *denominador comum de todas as categorias*, com o que, antes de prejudicar a acumulação, beneficiou-a (ibidem, p.38-39 – grifos do autor).

Nesta linha de raciocínio, o que se discute como um “terciário inchado” é nada mais que o desdobramento de uma intencionalidade inerente ao atual sistema de produção, que necessita também da economia de pequeno comércio, seja dos grandes centros urbanos, dos trabalhadores ambulantes, do comércio residencial das áreas periféricas, dos botecos e barracas etc.

AS FEIRAS LIVRES POSSUEM EXPRESSIVIDADE TAMBÉM NA MODERNIDADE ATUAL

Diante da complexidade nacional no âmbito do trabalho, principal meio de sobrevivência para parcela considerável da população brasileira, vale considerar as formas “alternativas” de trabalho para a população que não possui acesso a um meio de trabalho legal. Pois, “se, em princípio, o lucro é o motor da atividade comercial, nos escalões inferiores do circuito inferior a maior preocupação é, antes de tudo, a sobrevivência” (SANTOS, 1979, p. 246).

O circuito inferior da economia urbana é recorrentemente confundido com o “setor terciário” e com o “setor informal”. Não constitui uma inverdade a consideração de que nuances destes setores também compõem o circuito inferior, contudo, devemos considerar que há participantes do circuito superior da economia que praticam a informalidade.

[...] o avanço da chamada globalização, reforçando mecanismos de busca por maior competitividade, tem levado à ampliação de mecanismos de “informalização” por parte de empresas do setor formal (por exemplo, *home-based workers* – trabalhadores que desempenham em casa, com uso de computadores, tarefas para grandes empresas). Por outro lado, esse mecanismo universal de “globalização” leva a que o grande capital utilize mão-de-obra barata de países subdesenvolvidos ou “em desenvolvimento”; nesses países as grandes empresas formais terceirizam tarefas – o que nem sempre garante o respeito à legislação que rege as relações de trabalho (ARAUJO, 2007, p. 14 – grifos do autor).

Ao mesmo tempo, a definição tripartite da economia em setores – primário, secundário, terciário – não permite uma análise refinada do fenômeno econômico nos países subdesenvolvidos, dada a complexidade da atividade econômica nos mesmos. Além de que, sob esta consideração, deixar-se-ia de ponderar uma multiplicidade de atividades na fronteira dos setores secundário e terciário (SANTOS, 1979).

Sobre estes dois circuitos, é interessante observar que “[...] o trabalho é o fator essencial no circuito inferior, quando no circuito superior é o capital” (*idem, ibidem*, p. 203).

É marca na paisagem a imagem de ambulantes e de comerciantes que se relacionam com diversas formas de sobrevivência na cidade do Recife, tanto no centro quanto na periferia. Além disso, compreendemos a importância do circuito inferior nesta cidade, dado seu leque de possibilidades de trabalho à população que participa da dinâmica de um país subdesenvolvido. No Recife ele é responsável pela ocupação de um abrangente número de pessoas.

Recife manifesta essa informalidade em vários lugares, havendo uma especialização de áreas comerciais do circuito inferior: Casa Amarela, com a sua produção artesanal e a comercialização de roupas; Nova Descoberta e Vasco da Gama, com os seus marceneiros e reparadores de artigos os mais diversos; Afogados, Beberibe, Encruzilhada e Várzea bem como Casa Amarela, Nova Descoberta e Vasco da Gama, com seus mercados, suas feiras e seus artesanatos; Santo Antônio e São José, com seus camelôs “especializados” na venda de alimentos, calçados, roupas, aviamentos, utensílios domésticos e artigos industrializados importados; Boa Viagem e também São José, com seus artesanatos e souvenirs; Pina e também Boa Viagem, com prestação de pequenos serviços a banhistas tais como alugueis de espreguiçadeiras, bóias, sombrinhas de sol e a venda de alimentos e bebidas frescas à praia (CASTILHO, 2008, p. 78-79).

Esta configuração é acentuada pela abertura comercial do Brasil à competição estrangeira na década de 1990, que deflagrou uma situação de adaptação das empresas nacionais, em que se procurava uma maior produtividade em menor tempo e com menores custos para conseguir competir com os produtos estrangeiros no mercado interno, ocasionando uma pressão sobre o emprego, principalmente sobre a mão-de-obra menos qualificada, repercutindo, sobretudo, nas regiões metropolitanas (ARAUJO, 2007, p. 22).

Podemos pensar que o desenvolvimento do pequeno comércio na atualidade está relacionado ao desemprego de grande parcela da população que historicamente teve pouco ou nenhum acesso à educação e, dessa forma, escassa oportunidade de competir em busca de um espaço no mercado de trabalho, o que não constitui uma inverdade. Contudo, é deveras pertinente pensar sob a perspectiva que nos coloca Oliveira (2011), sobre o processo de acumulação capitalista, mais especificamente o modo de produção capitalista atual, que possui na industrialização sua base, adicionalmente à economia baseada num conhecimento informacional (SANTOS, 2009), que também desdobra-se no fetiche do consumo e na tecnificação das relações, onde as pessoas são mais do que nunca estimuladas a desenvolver-se e conseqüentemente produzir um mundo técnico, sem observar a importância da individualidade, compreendendo o indivíduo e as relações que dão sentido à vida. É a tecnificação cega do espaço que promove a cidade segregada, o individualismo, os espaços sem solidariedade.

Em contraposição, há um aumento no nível de emprego nos serviços, “outros setores”, e no comércio. Os números de ocupações nessas áreas são alavancados pelo crescimento de ocupações nos serviços (ARAUJO, 2007). O estudo de Araujo (idem) sobre o trabalho de vendedores nos semáforos do Recife demonstra como atividades deste tipo – considerada no estudo como setor informal – constituem uma alternativa à impossibilidade de inserção no mercado “formal”.

Hoje, no contexto de uma *globalização perversa*, têm-se, no âmbito do conjunto das relações sociais, consideráveis níveis de exploração, precariedade e seleção de pessoas, repercutindo, fortemente, no processo de vida das classes que vivem do trabalho. Não convém negligenciar as relações do trabalho com a vida das pessoas visto que, como já colocado antes, o trabalho constitui um fator muito importante no processo de existência em qualquer que seja o lugar. (CASTILHO, 2008, p. 80-81 – grifos do autor).

É banalmente notável na cidade a amplitude deste tipo de ocupação, desde ambulantes, feirantes até aqueles que possuem um comércio de bairro típico do circuito inferior. “A cidade é, simultaneamente, meio de trabalho para a população ativa e meio de vida para as pessoas tanto no circuito inferior como no superior da economia urbana” (CASTILHO, 2008, p. 75).

Dada a complexidade e relevância deste circuito na cidade como meio de trabalho para muitos pobres, o que também se relaciona com um mercado consumidor que necessita de sua dinâmica, reflexões sobre suas expressões possibilitam melhor compreensão sobre o mesmo, o que deveria

influenciar na forma de gerir a cidade, considerando a vida que a anima como constituinte do próprio espaço, e não como um objeto que faz uso do espaço manipulado pelo poder das grandes empresas capitalistas.

[...] as tentativas de regularização deste comércio não tiveram tanto êxito. A expulsão, durante os anos 1990, dos comerciantes do circuito inferior da economia de áreas valorizadas do centro histórico da cidade [do Recife] e a construção, na Avenida Dantas Barreto, do “Camelódromo”: um corredor de Boxes, com depósitos para as mercadorias, visando à fixação dos ambulantes expulsos das áreas “revitalizadas” daquele centro. Mas não se conseguiu solucionar o problema porque as ações governamentais ocorreram de modo pontual e limitado, faltando-lhes uma reflexão profunda acerca da natureza e significação social dos serviços e de como eles têm contribuído para a produção complexa do espaço. Pensando e avaliando os acertos e erros cometidos na busca de um planejamento consequente do espaço urbano, baseando-se, conforme Souza (2008), na opinião dos próprios usuários daquela forma espacial, ou seja, dos camelôs (idem, ibidem, p. 80 – grifos do autor).

Neste sentido, a feira livre participa da produção do espaço urbano através dos feirantes como agentes sociais (CORRÊA, 2011). Devemos observar também que, “na cidade, o terciário efetua as mais rápidas e fortes concentrações de empregos e ocupações, influenciando no processo de construção sócio-espacial das cidades” (CASTILHO, 2008, p. 71).

[...] as localidades centrais vão funcionar de modo diverso para as diferentes classes sociais, já que estas consomem de maneira distinta os bens e serviços oferecidos pelos diferentes centros e subcentros, seja nas escalas regional, metropolitana ou intraurbana. Nos países subdesenvolvidos, a influência territorial de cada localidade central divide-se entre os dois circuitos da economia: ao contrário do circuito superior, a área de influência do circuito inferior tende a aumentar do centro para a periferia (SANTOS, 2004 [1979]) (SERPA, 2011, p. 102).

As feiras livres, expressões do circuito inferior da economia urbana, são por nós priorizadas por dar conta de uma concentração da atividade com tais características, além de que ela – a feira – constitui uma marca da sobrevivência daqueles que não conseguem trabalho legal na cidade, como também possui relevante importância para a população consumidora pobre, pois é nesses espaços que eles podem “pechinchar”, negociar a compra. Além de que, “esse tipo de centralidade [proporcionado pela feira] ‘resiste’ nos lugares intersticiais, residuais e opacos da metrópole, em especial nas periferias sociais e geográficas da metrópole capitalista” (ibidem, p. 102). Já foi observado que:

Como empreendimento econômico, a chegada constante de comerciantes para venderem algo é um reflexo da capacidade que as feiras têm de atrair e agregar pessoas. [...] os mercados ao ar livre também acolhem e dão trabalho às pessoas que, nos momentos de recessão, perdem seus empregos formais, pois sempre há espaço para que mais feirantes tragam algo para vender (MIRANDA, 2009, p. 23).

O circuito inferior é composto pelas atividades que possuem pequena dimensão, onde a relação entre clientes e “dono” na maioria das vezes é direta; são comércios como as feiras livres, os mercados públicos, as barracas e os botecos (que geralmente são encontrados em bairros da periferia da cidade), os ambulantes etc. É também característica desta atividade a diversidade de produtos vendidos em cada unidade (como é o caso dos botecos e das barracas), além de que a solidariedade encontrada na

relação entre estes comerciantes e entre os clientes e os “donos” se dá de forma diferente daquela observada nas atividades do circuito superior, já que neste a complexidade mercantil não possibilita o contato direto e o capital e produtos que circulam conhece, muitas vezes, a escala mundial. Neste sentido, Santos (1979) descreve que:

As empresas familiares e os autônomos são numerosos, o capital é muito pequeno, a tecnologia, obsoleta ou tradicional e a organização, deficiente. A procura de dinheiro líquido é desenfreada. As despesas de publicidade são quase inexistentes. Poucos comerciantes se preocupam em arrumar suas vitrinas (p. 197-198). [...] O jornal usado torna-se embalagem, o pedaço de madeira se transforma em cadeira, as latas, em reservatórios de água ou em vasos de flores etc. Isso acontece também com as roupas que passam do pai para o filho, do irmão mais velho para o irmão mais novo, se já não foi comprada de segunda mão; na construção das casas aproveitam-se todos os tipos de materiais abandonados ou vendidos a baixo preço. Muitos utensílios comerciais e domésticos são produtos de recuperações e a vida de uma peça, aparelho ou motor pode ser prolongada pela engenhosidade dos artesãos. A idade média tão elevada dos veículos talvez seja o exemplo mais surpreendente dessa miraculosa capacidade de recuperação que é uma das maiores características das economias pobres, em oposição ao desperdício das economias ricas modernas (p. 199).

Num outro sentido, Pintaudi (2011) nos adverte que:

[...] se prestarmos mais atenção, a opacidade desses espaços, aliada a pouca importância que conferimos à existência dos espaços comerciais e seu consumo na perspectiva crítica, pode ser bem generosa com a reprodução do capital. [...] o ato de comerciar nos remete diretamente à troca de mercadorias, ou seja, trocamos o nosso dinheiro por um objeto de uso. [...] a cada vez que o praticamos, não nos damos conta de estar trocando trabalho, representado, de um lado, pelo dinheiro de que se dispõe para a compra, como resultado de nosso labor e, de outro, pelo objeto que desejamos adquirir e pelo qual podemos pagar (p. 169).

Esta relação de troca, que antes era feita entre objetos e hoje possui o dinheiro como dimensão intermediadora, que é possibilitado através do trabalho, Haug (1997) chama de abstração, quando o valor de troca desliga-se de cada mercadoria em particular e o dinheiro passa a exercer um poder sobre todas as qualidades, limitado apenas por sua quantidade, o poder de compra. A lógica do dinheiro nessa economia não moderna é reinventada, onde, segundo Santos (1979), através da fórmula de Lavosier: “Nada se perde, nada se cria, tudo se transforma”. É aqui que, apesar do consumismo promovido pelo fetiche da estética da mercadoria (HAUG, 1997) e da relação cada vez maior com a utilização de produtos “descartáveis” – que na verdade não são descartados, apenas acumulados longe de nossos olhos – o homem utiliza a lógica do reaproveitamento, da reutilização, onde o dinheiro tem outro “valor”/utilidade; pois, a sobrevivência é a principal preocupação da população pobre.

Então, nos questionamos como, na atualidade, diante de uma supervalorização, facilitação e estímulo ao consumo, através de linhas de crédito à população pobre; a indústria também começa a produzir especificamente para o consumidor pobre, com mercadorias que privam a qualidade,

diminuindo os custos; a valorização de ambientes “facilitadores” como os *shoppings* e os supermercados, a feira livre continua relevante para a dinâmica da cidade. Nesta perspectiva, abordamos, no item que se segue, a feira livre de Casa Amarela, no Recife, que se constitui, inclusive, como característica inerente ao bairro.

Feira Livre de Casa Amarela – O Tradicional Continua Relevante

Observando esta tendência massiva, encontramos em alguns espaços, o desenvolvimento de atividades que seguem a lógica contrária a esta cultura de plástico. Ambientes em que ocorrem trocas entre as pessoas, e em que a solidariedade ainda permeia a venda de objetos, não puramente o lucro.

É ancorado nessa necessidade humana, do relacionamento, da troca, das interações, que talvez resida a fortaleza de espaços como a feira livre, que serve à população pobre, mas também participa do cotidiano da população mais abastada. Onde há uma necessidade de seu desenvolvimento comercial por parte dos feirantes, mas também existe uma demanda que proporciona sua continuidade nessa modernidade excludente.

A feira de Casa Amarela é um exemplo pertinente desta resistência. Esta feira, que carrega consigo o nome do bairro, está atrelada também culturalmente à significância da paisagem desse espaço. Ao referirmo-nos à Casa Amarela, o pensamento do homem atrela a imagem da mencionada feira e também do Morro da Conceição e a tradicional festividade religiosa que acontece anualmente. A dinâmica do bairro está atrelada à dinâmica da feira, que impulsionou o desenvolvimento de uma diversidade de comércio nas adjacências.

Casa Amarela cresce a partir do processo de “reforma” urbana ocorrida na cidade do Recife no final da década de 1930, onde o governo de Agamenon Magalhães promove uma “higienização” do centro urbano, expulsando a população moradora dos assentamentos pobres, os mocambos (ALVES, 2009); também tendo contribuído para o crescimento desta área, a expansão do transporte público, com a construção das estruturas viárias, proporcionando a ocupação das áreas periféricas da cidade e o desenvolvimento de um centro mais voltado para as atividades comerciais (MELO, 1978). O que era um arrabalde, ocupado por grandes propriedades vai aos poucos se transformando num bairro que, por sua distância do centro da cidade do Recife, é impulsionado a desenvolver suas próprias atividades comerciais.

Sobre o início da formação do bairro numa perspectiva histórica:

A povoação de Casa Amarela, parte do bairro do Arraial, na freguesia do Poço da Panela, era descrita, em fins do século XIX, como um dos arrabaldes mais saudáveis e povoados do Recife. No grande largo que deu origem ao povoado, ao lado da estrada que leva ao

Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 03, N. 02, 2014

Brejo dos Macacos, situava-se o cemitério público da paróquia. Ao leste, em frente ao cemitério, encontrava-se em construção uma capela dedicada a São Sebastião. Um pouco mais adiante, a estação de trens da linha férrea do Norte, e, logo em frente à mesma, um grande edifício que servia de oficina para os trens. Às margens da linha do trem ficavam as casas da Vila Operária, pertencentes à municipalidade.

O acesso ao povoado no início do século XIX era feito pela antiga Estrada do Arraial, ramal da estrada geral do Recife a Dois Irmãos. A Estrada do Arraial, que existe desde o século XVII teve suas obras de pavimentação iniciadas em 1836. Partindo dos Manguinhos, passava pela capela dos Aflitos, pelo Arraial Velho e chegava ao Largo de Casa Amarela.

A partir de 1871, a povoação passou a ser servida pelas popularmente conhecidas “maxabombas”, da Estrada de Ferro do Recife à Várzea e Dois Irmãos. [...]

Os trens partiam regularmente da Estação Central da Rua do Sol, a cada hora, para percorrer 6.480 metros. Finalmente, a última estação, que, por ficar em frente a uma casa sempre pintada de amarelo, recebeu o nome de Estação de Casa Amarela. Este nome se estendeu ao povoado, atual bairro de Casa Amarela (LINS, 2007, p. 76 e 78).

Hoje, observa-se que a dinâmica comercial do supracitado bairro pode caracterizá-lo como um subcentro, onde desenvolvem-se desde o pequeno comércio, com botecos, barracas, mercadinhos, pequenas oficinas etc. até as atividades de serviços mais complexas e que demandam uma modernidade e o investimento do setor financeiro mais robusto, como bancos, clínicas médicas, lojas de móveis, eletrodomésticos e supermercados.

O Mercado de Casa Amarela localiza-se ao lado da feira e foi inaugurado em 1930 (LINS, 2007); a feira surge após o Mercado, provavelmente como demanda de população que começa a trabalhar nas adjacências por não conseguir um espaço dentro do Mercado, pois, em nossa entrevista junto aos feirantes, nenhum deles (o mais antigo trabalha na feira desde 1960) soube informar sobre o surgimento da mesma, e nem a CSURB (Companhia de Serviços Urbano do Recife), responsável pelo cadastramento e organização das feiras do Recife tinha documento referente ao seu surgimento.

A feira de Casa Amarela localiza-se, então, a poucos metros do supermercado Bompreço (Figura 1), o primeiro supermercado da rede comercial instalado na cidade do Recife, em 1966, que comercializa desde produtos alimentícios a objetos para a casa, escritório etc., agregando uma série de facilidades aos que se dispõem como clientes, como estacionamento, ar-condicionado, opção de comprar com cartão de crédito etc. A proximidade e as facilidades não impediram a continuidade de desenvolvimento da feira livre, que acontece durante toda a semana e que também tem restaurantes como clientes assíduos.

Figura 1: Feira de Casa Amarela e Hiper Bompreço



Fonte: Google Earth, 2013. Manipulado pela autora.

Neste contexto, a feira livre também se moderniza. Os feirantes se adéquam, mesmo que parcialmente, à tecnologia do período. Em atividade de campo, averiguamos que diversos feirantes fazem uso do aparelho celular para realizar suas vendas. Com clientes fiéis semanalmente ou quinzenalmente que ligam e fazem o pedido dos itens que necessitam, numa relação de confiança onde

o feirante separa seu produto, realizando também a entrega em domicílio sem cobrança de taxa, como um atrativo atual a este comércio.

A relação de confiança, inclusive, é uma das características mais relevantes do comércio na feira livre, pois ela está presente na relação entre o feirante e o atacadista do Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco (CEASA-PE), que é o principal fornecedor da feira de gêneros alimentícios, onde o feirante por vezes compra para “pagar com o apurado”, na semana seguinte; desta forma, não existe um estoque dos produtos comercializados, o que está relacionado a uma especificidade da feira de gêneros alimentícios (frutas, verduras, legumes e folhas), mas que também está atrelado ao poder aquisitivo dos feirantes, que não dispõem de um lucro que permita tal investimento.

A solidariedade e confiança também acontece entre os próprios feirantes. Apesar de concorrentes, eles se ajudam mutuamente. Muitos feirantes realizam suas compras juntos, no CEASA-PE, fretando um automóvel para carregar as compras, pois a maioria deles não possui automóvel próprio para realizá-lo. Também se solidarizam no cotidiano das vendas, onde um indica o outro; além de que, no serviço prestado de entrega em domicílio, há uma solidarização entre os mesmos. Os feirantes também vendem “fiado”, que é um crédito pessoal de confiança dos feirantes para com alguns clientes, os quais pagam, por vezes, semanalmente, ou quinzenalmente, ou mensalmente.

Esta feira livre localiza-se em contato com bairros nobres da cidade do Recife, além de abranger área classificada como de interesse social – classificação que parte do reconhecimento de áreas pobres que necessitam de um plano específico de urbanização, através do instrumento urbanístico ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) –, sendo o limite periurbano da população pobre que se expandia para o Norte da cidade (SANTOS, 2013).

A feira se relaciona, então, com a diversidade de classes econômicas, servindo à população pobre, mas com perspicaz relevância para a população mais abastada, que necessita de seus serviços, mesmo diante da oferta de comodidades nos supermercados.

Desta feita, podemos observar a importância da feira livre na cidade, relacionada não apenas à população que faz dela seu meio de trabalho, que continua sendo precarizado e subjugado pelo poder público, mas também a um público consumidor que possui o poder de escolher realizar suas compras na feira. Nesta perspectiva, podemos observar também, a importância sobressaliente das feiras agroecológicas na cidade, que servem sobremaneira à população que possui um poder aquisitivo mais elevado. Esta não foi por nós estudada, mas constitui objeto que permeia esta resignificação das feiras livres na cidade e tema importante na agenda de pesquisa para compreensão da complexidade do espaço, que tem entrelaçado valores do tradicional e do moderno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é necessário colocar a necessidade de continuidade investigativa para compreender melhor o desenrolar da dinâmica deste circuito inferior da economia numa cidade de país subdesenvolvido, como o Recife, e, observando numa escala geográfica maior, relacionar as prerrogativas globais de tomada de decisões que têm repercussão interescalar, lembrando sempre as características inerentes ao sistema capitalista para desmembrar a continuidade/persistência de expressões do circuito inferior na cidade, como as feiras, mesmo diante da globalização, como foi questionado por alguns na década de 1990.

O circuito inferior, as atividades que o constitui estão muito presentes na cidade, e participam da dinâmica econômica da cidade; serve à população que participa do circuito inferior assim como ao circuito superior da economia, produzindo o espaço urbano como reposta e necessidade do sistema capitalista que é, inerentemente, desigual.

A feira, em suas relações, abrange uma diversa e complexa forma urbana que participa da dinâmica atual que necessita de continuidade de observação, levando a compreender as redes que permeiam as interações, compreendendo o rural ao lado do urbano, ampliando e aprofundando o debate.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Paulo Reynaldo Maia. **Valores do Recife.**

O valor do solo na evolução da cidade. Recife: Luci Artes Gráficas Ltda. 2009. 266 p.

ARAUJO, Tarcisio Patricio de (Coord.); LIMA, Ana Eliza Medeiros de V. *et al.* **Trabalho precário no meio urbano: semáforos do Recife.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2007. 80 p.

BACELAR, Tânia. A “questão regional” e a “questão nordestina”. In: TAVARES, Maria da Conceição. **Celso Furtado e o Brasil.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000. p. 71-

92. Disponível em:

<perseu.fpabramo.org.br/uploads/Celso_Furtado_e_o_Brasil.pdf>. Acesso em 14/02/2012.

BRANDÃO. **Território e desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. 238 p.

CAMARGO, José Márcio. Flexibilidade e produtividade do mercado de trabalho brasileiro. In: CAMARGO, José Márcio (org.). **Flexibilidade do Mercado de Trabalho no**

- Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1966. p. 11-45.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (orgs.) **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-73.
- CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Primeiros Apontamentos a uma Geografia do Trabalho. **Revista de Geografia.** Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 25, nº 1, jan/abr. 2008. p. 65-87. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/view/188>>. Acesso em 14/02/2012.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (orgs.) **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011. pp. 41-52.
- HARVEY, David. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo, SP: Boitempo, 2001. 235 p.
- HAUG, Wolfgang Fritz. **Crítica da Estética da Mercadoria.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. 210 p.
- LINS, Marcelo. **Mercados do Recife.** Recife: Gráfica Santa Marta. 2007. 118 p.
- MELO, Mário Lacerda de. **Metropolização e Subdesenvolvimento: o caso do Recife.** Recife: Ed. da Universidade Federal de Pernambuco, 1978. 262 p.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Editora Martin Claret, 2001. 208 p.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Editora da Unicamp, 2002.
- MIRANDA, Gustavo Magalhães Silva. **A feira na cidade: limites e potencialidades de uma interface urbana nas feiras de Caruaru (PE) e de Campina Grande (PB).** 189 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Desenvolvimento Urbano. Recife, 2009.
- MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico.** São Paulo: Contexto, 2008. 188 p.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco.** 1ª edição, 3ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2011. 150 p.
- PINTAUDI, Silvana Maria. Mercados públicos: vestígios de um lugar. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (orgs.) **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011. pp. 147-176.
- POCHMANN, Marcio. **Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho.** s/d. 16 p. Disponível em: <decon.edu.uy/network/panama/POCHMAN N.PDF>. Acesso em: 14/02.2012.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4ª edição, 5ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 384 p.
- _____. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos** (Tradução Myrna T. Rego Viana). 2ª ed., 1ª reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979. 440 p.
- SANTOS, Julyana Gomes dos. **Interações entre os Dois Circuitos da Economia Urbana no Comércio de Gêneros Alimentícios da Feira de Casa Amarela - Recife-PE.** 128f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia. Recife, 2013.

SERPA, Angelo. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (orgs.) **A Produção do espaço urbano: agentes e**

processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. pp. 97-108.